

São Paulo, 6 de abril de 2009.

No artigo “Frei Mariano da Conceição Veloso e a divulgação de técnicas industriais no Brasil colonial: discussão de alguns conceitos das ciências químicas”, publicado no último número dessa revista, o autor procura demonstrar que houve “ciência relevante no Brasil setecentista” (p.153) através de um estudo de caso, abordando trabalhos do frei José Mariano da Conceição Veloso à frente da Tipografia do Arco do Cego (ou sua sucedânea). Nesse sentido, o autor afirma: “A principal contribuição de Veloso para a indústria da América portuguesa foi a divulgação de publicações sobre técnicas industriais” (p.147). No entanto, a argumentação dessas hipóteses incorre em severíssimos erros, incluindo distorção – e até deturpação – da literatura consultada como sustentação, e omite intencionalmente dados que contradizem as hipóteses levantadas pelo autor. Algumas instâncias são descritas a seguir.

Como um primeiro exemplo, considere-se a afirmação do autor: “Robert Wegner (2004, p.131) aponta evidências sobre a efetiva disseminação, no Brasil, dos conhecimentos e das informações tecnológicas contidas nas obras de Veloso” (p.151). No entanto a consulta ao trabalho citado permite verificar que Wegner faz referência a situações diversas nas diferentes capitanias, pois enquanto em São Paulo “cerca de 75% dos livros enviados para a capitania cinco anos depois [1803] continuavam em estoque [...] deve-se dizer que há indícios de que em outras capitanias [Pernambuco e Bahia] teria havido uma disseminação mais ampla dos livros do Arco do Cego” (Robert Wegner, Livros do Arco do Cego no Brasil colonial, *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.11, supl.1, 2004, p.137-138). Ou seja, R. Wegner não considera o Brasil como algo homogêneo e procura mostrar as dificuldades para a ‘disseminação’ das ideias contidas nas publicações do Arco do Cego!

A seguir, devido a sua ânsia em demonstrar a importância das publicações do frei Veloso, o autor se equivoca ou sonega informações fundamentais. Por exemplo, afirma que: “Em 1790 [o Frei Veloso] mudou-se para Lisboa ..., onde desenvolveu trabalhos de classificação de espécies naturais ..., enquanto preparava a publicação de *Florae fluminensis*, sua obra científica mais significativa” (p.147). No entanto, esquece de mencionar que a grande obra de Veloso não foi publicada à época de sua elaboração, mas apenas em 1825 (portanto após sua morte) e de forma parcial (3/4 partes) no Rio de Janeiro. Também não diz que a publicação integral aconteceria somente em 1881 e depois de uma longa série de contratemplos! (Thomaz Borgmeier, Documentos referentes à ‘Flora Fluminensis’, in Vellozo, J.M.C., frei, *Flora Fluminensis*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1961, p.9, 24). Tais informações aparecem em trabalhos de diferentes autores, alguns citados no próprio artigo, como é o caso de M.G. Ferri, referido na frase: “É de notar que, aqui [no caso, o texto *Alographia*] ..., o autor da *Florae fluminensis*, que viria a contar com 1.700 estampas originais de plantas do Rio de Janeiro (Ferri, 1994, p.182), pede perdão pela má qualidade das estampas reproduzidas de outras fontes” (p.151). De fato, no trabalho de Ferri (*A botânica no Brasil*, in Azevedo, F. (Org.), *As ciências no Brasil*, v.2, 2.ed, Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1994) se pode ler, à página citada: “O Frei Veloso é conhecido especialmente pela sua “Flora Fluminensis”, obra de grande envergadura que reúne descrições de 1.700 espécies. Não gozou Veloso da ventura de a ver publicada”. E Ferri segue contando resumidamente os percalços para a publicação da obra de Veloso.

Cabe inicialmente comentar a referência de Ferri a “1.700 espécies” e não a “1.700 estampas”, como quer o autor; ainda que a cada espécie pudesse corresponder uma estampa, o que parece não ser o caso, e parece mesmo que o número de estampas não seria exatamente 1.700 (Borgmeier, op.cit., p.9, 11, 16). Ou seja, o autor fez uma transcrição equivocada. O mais importante, porém, é ressaltar que o autor detinha a informação sobre as dificuldades para publicar a *Florae fluminensis* e decidiu não comentá-la, pois isso enfraqueceria suas hipóteses sobre os excelentes resultados da política de d. Rodrigo de Sousa Coutinho (que incluía publicações como as realizadas pelo frei Veloso) e, ainda, sobre a existência de “atividades científicas no país durante todo o período colonial” (p.151). Se não omitisse dados como esses, certamente teria dificuldades em afirmar: “Não somente havia ciência relevante no Brasil setecentista, mas ... que também um nativo de Minas Gerais, mesmo não tendo estudado em Coimbra, teve significativa atividade científica, marcada por rigoroso caráter utilitário e voltada para o avanço da tecnologia” (p.153).

Outros exemplos de sonegação de informações relativas às publicações poderiam ser mencionados (como no caso do *Fazendeiro do Brasil*), mas isso equivaleria a escrever outro artigo, e deixo aos editores ou a quem mais deseje a tarefa de destacá-los no confronto com a literatura em história da ciência.

Como último exemplo, merece ser citado um trecho que afeta diretamente quem assina esta crítica. O autor escreve: “O governo português, segundo Ferraz (1997, p.78-91), passou a estimular e promover nas colônias um aumento na quantidade e qualidade dos produtos exportáveis, através de iniciativas como a impressão e circulação de um vasto número de ‘memórias’ que a Coroa começou a publicar, principalmente a partir de 1770, com o intuito de fomentar a produção de matérias-primas que pudessem auxiliar no processo de industrialização de Portugal e promover um renascimento da agricultura” (p. 146). A simples leitura do meu livro (Márcia Helena Mendes Ferraz, *As ciências em Portugal e no Brasil (1772-1822)*: o texto conflituoso da química, São Paulo, Educ; FAPESP, 1997) mostra que em nenhuma parte dele podem ser encontradas tais idéias. E o que é mais grave ainda: não apenas no trecho mencionado como também em outras partes, discuto memórias que permaneceram inéditas ou só seriam publicadas, em alguns casos, um século mais tarde! Meu trabalho procura ressaltar, através de vários exemplos, as dificuldades para a publicação de memórias ou outros textos de ciência, apesar de esforços como os de d. Rodrigo de Sousa Coutinho e do próprio Veloso. Ao permanecerem inéditos ou pouco divulgados entre o público a que se destinavam, esses trabalhos quase não contribuíram efetivamente para o desenvolvimento das atividades pretendidas pelo governo português em sua colônia americana.

Como é sabido, no âmbito acadêmico o debate e, inclusive, a crítica de idéias expostas em outros trabalhos é salutar e desejável; o que não autoriza a inverter ou deturpar conclusões de outros estudiosos, a fim de subsidiar as próprias teses, como se verifica no artigo em questão publicado nessa prestigiosa revista.

Márcia H. M. Ferraz

Professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Ciência e  
vice-coordenadora do Centro Simão Mathias/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
Honorary research fellow, Science and Technology Studies Department/University College London